



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de julho 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notícias	Data: 24/07/12
Assunto: Melhoria da educação do brasileiro contribui para queda da informalidade no trabalho		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Melhoria da educação do brasileiro contribui para queda da informalidade no trabalho

Pesquisa da FGV revela que 60% da queda da informalidade entre 2002 e 2009 decorrem da maior escolarização do brasileiro

A formação nem sempre é de qualidade, mas o aumento do número de anos estudados tem contribuído de forma relevante para a geração de empregos com carteira assinada. Pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela que 60% da queda da informalidade entre 2002 e 2009 decorrem da maior escolarização do brasileiro.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pesquisadores dividiram a queda da informalidade em dois componentes. O efeito composição está relacionado à formação educacional. O efeito nível mede os demais fatores, como crescimento da economia, expansão do crédito e medidas de estímulo pelo governo. A predominância da educação surpreendeu os pesquisadores.

“Esse resultado nos causou perplexidade, e mostra, acima de tudo, que a educação está mudando diversos aspectos da economia do país, inclusive a estrutura do mercado de trabalho”, diz Rodrigo Moura, que fez a pesquisa com o professor Fernando Holanda Barbosa Filho. O estudo considerou como trabalhadores informais apenas os empregados sem carteira assinada. Profissionais que trabalham por conta própria, como eletricitistas e encanadores, foram enquadrados como trabalhadores formalizados.

Pelo critério dos pesquisadores, a taxa de informalidade entre os trabalhadores caiu de 43,6% em 2002 para 37,4% em 2009. No mesmo período, foram criados cerca de 9 milhões de empregos com carteira assinada em todo o país. Em todas as faixas educacionais, a taxa de informalidade caiu. Esse recuo está ligado ao efeito nível porque, para um mesmo nível de escolaridade, a economia criou mais empregos formais.

O efeito composição aparece ao comparar o tempo de estudo ao total da força de trabalho. De 2002 a 2009, a parcela de trabalhadores sem o ensino médio completo caiu de 66% para 53%. Nesse caso, o mero ganho de anos de estudo impulsiona



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

significativamente a formalização, porque a proporção de trabalhadores informais é bem maior na população de menor escolaridade.

Com ensino médio completo, o vendedor Rodrigo Castro, 21 anos, trabalha em uma banca de produtos de informática na Feira dos Importados, em Brasília. Ele acredita que o estudo foi determinante para conseguir emprego com carteira assinada. “A educação não me qualificou muito bem, mas ajudou”, diz. Antes do primeiro emprego formal, Rodrigo trabalhou por cerca de um ano e meio sem carteira assinada em uma lan house no interior da Bahia.

Para Rodrigo Moura, coautor da pesquisa da FGV, depois de elevar o tempo de estudo da população, o próximo desafio do país será a melhoria da qualidade do ensino. “O Brasil hoje tem maior proporção de trabalhadores com nível médio e superior, mas o percentual de instituições privadas de ensino superior de alta qualidade é bem baixo”, diz.

Apesar da qualidade questionável de boa parte das instituições de ensino superior, a gerente de lanchonete Fernanda dos Santos, 30 anos, não pretende desistir de estudar. Atualmente no primeiro emprego formal, ela tem o ensino médio completo, mas pretende cursar administração para conseguir um trabalho melhor e se adaptar a um mercado cada vez mais exigente. “Hoje, boa parte dos empregadores só aceita quem tem nível superior”, constata.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notícias	Data: 24/07/12
Assunto: Priorizar investimento é desafio na educação		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Priorizar investimento é desafio na educação

Especialistas dizem que fixar percentual de 10% PIB não é garantia de sucesso

À exceção de quem gere o orçamento nacional, a notícia de que a Câmara dos Deputados aprovou a destinação de 10% do PIB para a educação foi comemorada por professores, alunos e pais com filhos em idade escolar. Afinal, quem não quer um País que priorize a educação?

Passada a euforia, surgem os questionamentos. Como foi definido esse percentual? Aumentar os recursos é uma medida suficiente para melhorar a aprendizagem? Em quais ações, efetivamente esse dinheiro será investido?

Diante dessas questões, os especialistas são unânimes: se quisermos uma educação de qualidade, é preciso, sim, aumentar o investimento em educação. Mas só o percentual não diz muita coisa.

"Do jeito em que estão as coisas hoje, dinheiro a mais não causará impacto nenhum", diz Priscila Cruz, diretora executiva do Todos Pela Educação. Para ela, é urgente uma mudança na forma de gerir os recursos. "É preciso crescer, mas com um planejamento específico, que estabeleça, por exemplo, quanto deve ser investido na formação de professores e na implementação de escolas de tempo integral".

Ela afirma, por exemplo, que os avanços da última década - o percentual do PIB investido em educação subiu de 3,9% em 2000 para 5,1% em 2010 - não tiveram impacto na aprendizagem de matemática. "Ficamos estagnados. Essa é a prova cabal de que o investimento só funciona com gestão financeira e pedagógica bem feita."

Prioridades. Uma boa maneira de começar essa gestão financeira é atrelar os recursos a cada uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Antes da meta 20, que estabelece o montante do financiamento, há outras 19 que dependem de investimento para serem cumpridas.

"Professor com dedicação exclusiva a uma escola, ensino de tempo integral. Tudo isso custa muito e é preciso priorizar esses itens, mostrando quanto exatamente será destinado. Quando começamos a colocar os custos de cada item, elencamos prioridades. É um debate mais complexo", afirma Denis Mizne, diretor executivo da Fundação Lemann. "Além disso,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

quanto mais concreto for o plano, melhor para a sociedade entender e cobrar as pessoas certas."

Na lista de cobrança, segundo os estudiosos, é o próprio governo federal quem mais deve ser questionado por conta de sua pequena participação no financiamento da educação.

A legislação brasileira estabelece um regime de colaboração em que a União despende 18% das receitas adquiridas com impostos, enquanto Estados e municípios aplicam 25% de suas arrecadações de tributos.

"Nesse regime de colaboração, quem arrecada mais, investe menos. Atribui-se para o ente federado mais frágil, o município, a maior responsabilidade, que são o ensino infantil e fundamental", diz Flávio Caetano da Silva, especialista em financiamento da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Para ele, além do repasse insuficiente, falta suporte técnico. "Precisamos ter em mente que o País não é feito de grandes municípios. Mais de 70% da nossa malhar urbana é composta por cidades com até 50 mil habitantes e muitas carentes de formação técnica. Esse custo de formação é caro e também deve estar no pacote. Logo se percebe que os 10% não são exagero."

Longe disso, explica Nelson Cardoso, que estuda o tema na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ele rebate àqueles que afirmam que o investimento de 10% seria exagerado se comparado a países desenvolvidos, como Alemanha e Japão, que aplicam menos de 5%. "A Bolívia investe 6,5% e o Canadá 5,2%. Alguém acredita que a educação boliviana seja melhor? Claro que não", afirma Cardoso.

Ele explica que não há sentido em analisar os recursos financeiros sem considerar o quantitativo de pessoas em idade educacional e o valor total do PIB do país. "É óbvio que a Bolívia arrecada muito menos e tem muito mais estudantes. Logo, só é possível discutir qualquer coisa com base no investimento por aluno."

E, nesse quesito, estamos mal. Dados apresentados pelo professor Amaury Gremaud, da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto, mostram que o Brasil investe menos de um terço do que a média empenhada pelos outros membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (veja tabelas nesta página).

E, se considerado o destino desses recursos, percebe-se que, no Brasil, o custo de um aluno do ensino superior é cinco vezes maior do que o de um estudante da educação básica. Os países da OCDE também gastam mais com o universitário, mas não existe essa disparidade brusca em relação aos outros níveis.

Divisão. Em um país que ainda luta pela universalização do acesso e tem 27% de sua população na categoria de analfabetos funcionais, essa divisão precisa ser mais uniforme. "E



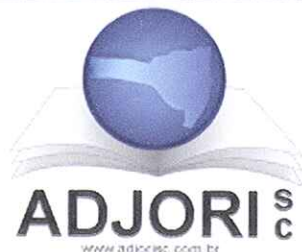
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

tem de começar no infantil. Porque depois que a árvore entorta, ficam os colegas ao longo dos anos lutando contra o fracasso escolar, remendando com merendinha, livro, texto, aumento da jornada", diz Cândido Gomes, da Universidade Católica de Brasília. "Daí é tarde demais."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 24/07/2012
Assunto: Secretaria da Educação divulga relação final dos classificados no concurso de remoção		Página: Online



Secretaria da Educação divulga relação final dos classificados no concurso de remoção

Secretaria de Estado da Educação

23/7/2012 04:29:53

A Secretaria de Estado da Educação (SED) publicou, na sexta-feira (20), no endereço eletrônico <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/concurso-de-remocao-2012>, a listagem final dos professores classificados no concurso de remoção. As portarias de remoção, lotação e a listagem das inscrições indeferidas serão publicadas no Diário Oficial do Estado, de 23 a 27 de julho de 2012.

Os professores que passaram no concurso, conforme os critérios do edital de inscrição, serão removidos da escola onde atuam e deverão assumir na nova unidade escolar no dia 30 de julho.

No ato da inscrição, os candidatos com 30 ou 40 horas semanais de trabalho puderam escolher somente escolas onde funcionam dois turnos, estando conscientes de que não é possível fazer nenhuma alteração na sua carga horária, por meio deste concurso.

As informações e orientações sobre o processo de remoção foram repassadas as 36 Gerências Regionais de Educação pela diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria, Lucia S. Gorges, no dia 28 de junho, durante reunião realizada no auditório da SED.

Confira o cronograma:

Portaria de remoção, lotação e listagem das inscrições indeferidas: serão publicadas no Diário Oficial do Estado, de 23 a 27 de julho de 2012.

A nova lotação do professor será apenas em uma escola e a vigência para o exercício será a partir de 30 de julho de 2012.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário de Notícias (Criciúma)	Editoria: Sociedade	Data: 24/07/12
Assunto: Benefícios		Página: 16

Diário *de* Notícias

Benefícios

Vestibulandos de baixo poder aquisitivo que querem prestar Udesc têm até a próxima segunda-feira para solicitarem a isenção do pagamento da taxa de inscrição (R\$ 75,00) do vestibular de verão da universidade, marcado para 11 de novembro. Doadores de sangue também podem solicitar o mesmo requerimento. O site da Udesc traz todas as informações a respeito.

Veículo: Diário de Notícias (Criciúma)	Editoria: Giro Brasil	Data: 24/07/12
Assunto: Professores capacitados		Página: 20

Diário *de* Notícias

PROFESSORES CAPACITADOS

Cerca de mil professores de educação física de 633 escolas da rede pública estadual foram capacitados para atuarem, no segundo semestre deste ano, no Projeto Tênis Júnior, adotado pela Secretaria de Estado da Educação (SED). O projeto beneficiará 120 mil alunos do ensino fundamental. Os cursos de capacitação iniciaram no dia 9 de julho e terminaram no último sábado, 21, ministrados por professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os participantes puderam visualizar técnicas e preceitos que ajudam na realização das aulas e na inserção do gosto dos alunos pela prática do tênis.